



Município da Marinha Grande
Câmara Municipal

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
26/04/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 11

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
26/04/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 11

Aos vinte e seis dias do mês de abril de dois mil e doze, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a presidência do Presidente, Dr. Álvaro Manuel Marques Pereira, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

- Alberto Filomeno Esteves Cascalho;
- Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho;
- António Manuel Jesus Ferreira dos Santos;
- Cidália Maria de Oliveira Rosa Ferreira;
- Paulo Jorge Campos Vicente;
- Vítor Manuel Fernandes Pereira.

O Sr. Presidente abriu a reunião, eram 09:50 horas, com a ordem do dia abaixo relacionada.

Nenhum dos membros do executivo presentes declarou qualquer impedimento na votação dos assuntos objecto de deliberação nesta reunião, salvo os casos em que na deliberação se menciona expressamente a causa do impedimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

ORDEM DO DIA

1. REQ. N.º 630/12 – PC N.º 573-09 – JOSÉ CARLOS SIMÕES DUARTE
2. REQ. N.º 613/12 – PC N.º 54/12 – BENECLEAN – LIMPEZA A SECO, LDA.
3. REQ. N.º 595/12 – PC N.º 258/09 – AREIAGOLD – ACTIVIDADES TURÍSTICAS E HOTELEIRAS, SA.
4. REQ. N.º 656/12 – PC N.º 153/09 – MARIA CARMO CARREIRA FELICIANO ANTUNES
5. REQ. N.º 647/12 – PC N.º 460/11 – IBEROALPLA PORTUGAL – EMBALAGENS PLÁSTICAS UNIPESSOAL, LDA.
6. REQ. N.º 564/12 – PC N.º 55/12 – PEDRO MIGUEL DOS SANTOS TEIXEIRA
7. REQ. N.º 86/12 – PC N.º 8/11 – CARLOS MANUEL DUARTE ROLDÃO

8. REQ. N.º 529/12 – PC N.º 131/09 – JOÃO CARVALHO FRIAS
9. RELATÓRIO, BALANÇO E CONTAS DE 2011 DA EMPRESA MUNICIPAL TUMG-TRANSPORTES URBANOS DA MARINHA GRANDE, E.M.
10. APRESENTAÇÃO DAS CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2011 DAS EMPRESAS PARTICIPADAS PELO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE: LUSITÂNIA GÁS, CENTIMFE, OPEN, VALORLIS, SIMLIS E COOPOVO
11. INVENTÁRIO DE TODOS OS BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES PATRIMONIAIS E RESPECTIVA AVALIAÇÃO, RELATIVO AO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2011
12. DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVOS AO ANO DE 2011
13. SIADAP 1 - RATIFICAÇÃO DA AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DAS UNIDADES ORGÂNICAS DO ANO DE 2011.
14. REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS - FASE 2, JARDIM CENTRAL - CONCURSO PÚBLICO 01/2012 DOEM – LISTAS DE ERROS E OMISSÕES. PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS. DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA.
15. “REDE DE ÁGUA RESIDUAIS DOMÉSTICAS DE ESCOURA” CONCURSO PÚBLICO N.º 08/2010 – DOEM – TRABALHOS A MENOS
16. IMPLEMENTAÇÃO DAS ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR NAS ESCOLAS DO 1. CICLO DO ENSINO BÁSICO DO CONCELHO DA MARINHA GRANDE – APROVAÇÃO DO ACORDO DE COLABORAÇÃO A ESTABELECE COM OS 3 AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS DO CONCELHO, PARA O ANO LETIVO DE 2012/2013
17. REAPRECIACÃO DO VALOR DA RENDA APOIADA DO INQUILINO AMILCAR MANUEL MATOS SARAIVA, RESIDENTE NA RUA ANTÓNIO LOPES N.º 99 CAMARNAL, POR MOTIVO DE ALTERAÇÃO DO RENDIMENTO MENSAL CORRIGIDO.
18. REAPRECIACÃO DO VALOR DA RENDA APOIADA DA INQUILINA GRAÇA MARIA GUARDA NASCIMENTO, RESIDENTE NA RUA ADRIANO MARQUES NOBRE N.º 12, CAMARNAL, POR MOTIVO DE ALTERAÇÃO DO RENDIMENTO MENSAL CORRIGIDO.

19. INCENTIVO À NATALIDADE E APOIO À FAMÍLIA. APRESENTAÇÃO DE RECLAMAÇÃO. AUDIÊNCIA PRÉVIA.

20. APRECIÇÃO DAS CANDIDATURAS APRESENTADAS NO 1º TRIMESTRE DO ANO 2012, RELATIVAS AO INCENTIVO À NATALIDADE E APOIO À FAMÍLIA NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE

21. RESUMO DE TESOURARIA

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

- O **Sr. Presidente** solicitou a apreciação e votação, fora da ordem do dia, de sete processos de obras particulares, que identificou, o que foi por todos aceite, sendo os mesmos discutidos e votados após a votação dos processos de obras particulares incluídos na ordem do dia da presente reunião.
- O **Sr. Presidente** solicitou ainda a apreciação, também fora da ordem do dia, de mais dois assuntos, que identificou, o que foi por todos aceite, pelo que os mesmos serão discutidos e votados após a conclusão da ordem do dia da presente reunião.
- **O Sr. Vereador Dr. Alberto Cascalho abordou os seguintes assuntos:**
 - ⇒ Apesar de ter acompanhado pouco, pareceu-lhe que este ano as comemorações do 25 de abril empobreceram bastante pelo facto de não se ter realizado a prova de atletismo, que se revestia de grande impacto popular, pelo que deve ser feito um esforço para que se realize no próximo ano.
 - ⇒ Saudou o Presidente da Câmara pela postura face ao clima adverso que foi criado na noite de 24 de abril, que deverá ser entendido como significando as grandes dificuldades de algumas pessoas face às adversidades que se fazem sentir no país e também no nosso concelho.
 - ⇒ Face às notícias sobre a situação da União de Leiria, manifestou preocupação relativamente ao campo sintético colocado no ACM e aos outros 2 a colocar, tal como consta do Protocolo, pelo que gostaria de saber qual é o cenário atual e se há ou não quebra de protocolo.

▪ **O Sr. Vereador Dr. António Santos abordou os seguintes assuntos:**

- ⇒ Gostaria também de ver esclarecida a questão da União de Leiria.
- ⇒ Na sequência da notícia relativa ao derrame de óleo na Ribeira das Bernardas, chegou-lhe a informação, através de um munícipe, de que há oleões nos estaleiros e que não foram colocados, pelo que gostaria de saber se é verdade.

▪ **O Sr. Vereador Dr. Vítor Pereira abordou os seguintes assuntos:**

- ⇒ Em continuidade daquilo que foi dito sobre o 25 de Abril pelo Vereador Alberto Cascalho, entende que as comemorações estiveram um pouco pobres. Em relação ao discurso do Presidente da Câmara entende, e apesar das divergências políticas, que tem de haver respeito e dignidade pelo cargo, pelo que lhe apresenta os seus cumprimentos pela forma digna como atuou.

▪ **Relativamente às questões colocadas pelos Srs. Vereadores, o Sr. Presidente respondeu o seguinte:**

- ⇒ Em relação ao discurso proferido na noite do dia 24 de abril, referiu que compreendeu algumas atitudes, outras não, o que na altura foi difícil de ultrapassar, embora agora já esteja ultrapassado. Espera que de futuro, seja quem quer que seja, consiga fazer um discurso na varanda da Câmara.
- ⇒ Há uma reunião marcada para hoje à tarde, com a SAD da União de Leiria, para tratar da colocação do segundo relvado, pelo que vai aguardar para ver se comparecem e quem é que vem. No que respeita ao ACM, na passada 3.ª feira o clube pôs uma ação contra o levantamento do relvado, pelo que tem que se aguardar pelo dia 30 de abril e ver o que acontece, e só depois tomaremos as atitudes que os advogados entenderem.
- Em relação às comemorações do 25 de abril, a **Sr.ª Vereadora Dr.ª Cidália Ferreira** esclareceu que não houve condições legais para subsidiar a realização da prova de atletismo. Em tudo o resto há que louvar as coletividades, pois mesmo sem apoio conseguiram manter todas as atividades habituais.

▪ **O Sr. Vereador Paulo Vicente informou o seguinte:**

- ⇒ Em relação ao derrame na Ribeira das Bernardas, a situação ficou-se a dever ao facto de um particular ter feito o despejo da lavagem de uns bidons de óleo para a sarjeta, o que foi imediatamente para a ribeira. A situação foi tratada de imediato com as devidas entidades, tendo sido já levantado o competente auto.

⇒ No que se refere aos oleões, foram efetivamente comprados cinco, aproveitando uma campanha, e encontram-se nos estaleiros. Neste momento está a ser estudado o lançamento de um procedimento para a recolha dos óleos e das contrapartidas para a Câmara, uma vez que não os podemos recolher diretamente, pois têm que ser transformados.

- **Mega Agrupamentos** - a **Sr.ª Vereadora Dr.ª Cidália Ferreira** informou que a Diretora Regional de Educação do Centro esteve cá numa reunião, cuja ata deu a conhecer a todos os presentes, e onde consta a proposta de agregação de agrupamentos, sobre a qual a Câmara se deverá pronunciar num prazo de 10 dias, prazo acerca do qual a Sr.ª Vereadora se manifestou, por considerar insuficiente, e por entender que a decisão tem que ser tomada pela Câmara e pela Assembleia Municipal, face a uma proposta que formalmente ainda não foi recebida. Está marcada uma reunião para o próximo dia 30 de Abril, e um dos pontos dessa reunião é a agregação de unidades de gestão, pelo que não sabe se será nesta reunião que irá ser apresentada a proposta, dispondo depois a Câmara de 10 dias para se pronunciar, ou se já será para discutir a proposta de agregar o agrupamento de Vieira de Leiria com a Calazans, a Pinhal do Rei com a Guilherme Stephens e a Nery Capucho sozinha, embora ainda sem a termos recebido.

Sobre esta agregação, o Sr. Vereador Dr. Alberto Cascalho referiu que na sua opinião há que analisar o assunto sob duas vertentes: a primeira é a dos números e de determinadas metas a atingir; a segunda é a do órgão Câmara Municipal, com o Conselho Municipal de Educação, que por si só não está mandatado para a tomada desta decisão.

Seguiu-se a análise e a troca de impressões sobre a proposta, que foi considerada desajustada em termos territoriais e da realidade existente no concelho, ficando decidido que a Sr.ª Vereadora será a porta voz da proposta que se considera ser a mais adequada, ou seja, Vieira de Leiria ficaria sozinha, a Calazans agrupar-se-ia com a Guilherme Stephens, e a Nery Capucho com a Pinhal do Rei, devendo ser redefinidas as escolas afetas a cada agrupamento.

- O **Sr. Presidente** deu conhecimento do e-mail enviado pela ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses, com o registo de entrada E/3517/2012, referente ao pedido de declaração de inconstitucionalidade que a Associação vai pedir relativamente à Portaria n.º 106/2012, de 18 de Abril, respeitante ao financiamento da avaliação geral de prédios urbanos (**Anexo 1**).

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

1 - REQ. N.º 630/12 – PC N.º 573-09 – JOSÉ CARLOS SIMÕES DUARTE

245 - Presente Pedido de Informação Prévia relativo à viabilidade de Construção de Edifício Habitacional, a levar a efeito num prédio urbano localizado em zona definida pelo Plano Diretor Municipal, como fazendo parte da designada “Restante Área Urbana” do Aglomerado Urbano da Marinha Grande.

Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos constantes do processo, a Câmara deliberou informar ser inviável pretensão requerida nos moldes apresentados, porque num eventual pedido de licenciamento, nos termos agora propostos, o mesmo não reuniria condições para ser aprovado, sendo passível de indeferimento, fundamentado na alínea *a)* do n.º 1 do art. 24.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03, por violar normas legais e regulamentares aplicáveis, designadamente:

1. O art. 62.º do Regulamento Geral das Edificações Urbanas, ao não assegurar a constituição de um logradouro comum com uma profundidade mínima de 6 metros.
2. O ponto 2.2 do art. 22.º do Regulamento Municipal das Edificações Urbanas, ao não assegurar para a faixa de circulação interior, com dois sentidos, a largura mínima de 5,50m.

Mais deliberou, nos termos do n.º 4 do art. 16.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03, informar o requerente que a pretensão poderá reunir condições de viabilidade, após reformulação da mesma, assegurando o cumprimento dos aspetos anteriormente referidos, bem como as demais normas legais e regulamentares aplicáveis, nomeadamente as constantes do Regulamento do Plano Diretor Municipal da Marinha Grande, Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, Regulamento Geral das Edificações Urbanas, o Regime Jurídico da Segurança Contra Incêndio em Edifícios e o Regulamento Técnico de Segurança Contra Incêndios em Edifícios.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

2 - REQ. N.º 613/12 – PC N.º 54/12 – BENECCLEAN – LIMPEZA A SECO, LDA.

246 - Presente Pedido de Licenciamento referente à obra de “*Instalação de um Estabelecimento de Lavandaria*”, a levar a efeito numa fração autónoma designada de

fração “A”, de um prédio urbano sito na Avenida José Gregório, Freguesia de Marinha Grande, dispondo de Projeto de Arquitetura aprovado por Deliberação tomada em Reunião de Câmara realizada em 29/03/2012.

Presentes Projetos das Especialidades, devidamente instruídos com declarações de responsabilidade dos seus autores, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03.

Presentes informações técnicas dos serviços que atestam estarem os Projetos das Especialidades apresentados, aptos a merecerem aprovação.

Após a análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir.

Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:

1. Nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
2. Nos termos do art. 80.º-A do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento ou comunicação prévia.
3. Dar cumprimento aos pontos 1, 2 e 3 dos condicionalismos inerentes à aprovação do projeto de arquitetura, anteriormente comunicados através do Ofício n.º 312/12 de 30/03.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

3 - REQ. N.º 595/12 – PC N.º 258/09 – AREIAGOLD – ACTIVIDADES TURÍSTICAS E HOTELEIRAS, SA.

247 - Presente Processo de Licenciamento referente à obra de “*Alteração de Unidade Hoteleira – Hotel Mar & Sol*”, localizado na Avenida da Liberdade, Lugar de São Pedro de Moel, Freguesia de Marinha Grande, à qual foi atribuído Alvará de Licença de Alteração n.º 5/11, de 09/02, com termo em 08/08/2011.

Presente Projeto de Alterações ao Projeto de Arquitetura anterior, aprovado por Deliberação tomada em Reunião de Câmara realizada em 16/02/2012.

Presentes Projetos das Especialidades, devidamente instruídos com declarações de responsabilidade dos seus autores, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03.

Presentes informações técnicas dos serviços que atestam estarem os Projetos das Especialidades apresentados, aptos a merecerem aprovação.

Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:

1. **Cumprimento do Parecer Favorável emitido pelo Turismo de Portugal, I.P., referido no Ofício n.º 185/12, de 22/02.**
2. **Execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários em consequência da realização da obra.**
3. **Nos termos do art. 94.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, as obras de construção civil a levar a efeito nas praias do Concelho, ficam suspensas entre o dia 1 de Julho e 31 de Agosto.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

4 - REQ. N.º 656/12 – PC N.º 153/09 – MARIA CARMO CARREIRA FELICIANO ANTUNES

248 - Presente Pedido de Licenciamento referente à obra de “*Alteração e Ampliação de Edifício de Habitação e Comércio*”, tendo em vista a instalação de “*Estabelecimento de Restauração e Bebidas*”, localizado na Rua de Leiria, Lugar de Embra, Freguesia de Marinha Grande, dispondo de Projeto de Arquitetura aprovado por Deliberação tomada em Reunião de Câmara realizada em 04/02/2010.

Presentes Projetos das Especialidades, devidamente instruídos com declarações de responsabilidade dos seus autores, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03.

Presentes informações técnicas dos serviços que atestam estarem os Projetos das Especialidades apresentados, aptos a merecerem aprovação.

Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:

1. **Cumprimento aos aspetos referidos no parecer emitido pelo Delegado de Saúde do ACES Pinhal Litoral II, referido no ponto 3 dos condicionalismos inerentes à aprovação do Projeto de Arquitetura, comunicado no Ofício n.º 130/10, de 08/02.**

2. Execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários em consequência da realização da obra.

Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:

1. Nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
2. Nos termos do art. 80.º-A do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento ou comunicação prévia.
3. Nos termos do disposto no art. 10.º do Decreto-Lei n.º 234/2007, de 19/06, após emissão da Autorização de Utilização e antes do início da atividade, deverá apresentar Declaração Prévia junto da Câmara Municipal, e remeter cópia à Direcção-Geral das Atividades Económicas do Ministério da Economia e do Emprego, elaborada e instruída de acordo com o modelo publicado em Anexo à Portaria n.º 573/2007, de 17/07.
4. A *“afixação e inscrição de mensagens publicitárias de natureza comercial, industrial, artesanal ou liberal, independentemente do suporte utilizado para a sua divulgação, quando visíveis ou perceptíveis do espaço público”*, ficam sujeitas a licenciamento, no âmbito do regime previsto no Regulamento de Publicidade e Ocupação do Espaço Público com Equipamento Mobiliário Urbano do Município da Marinha Grande.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

5 - REQ. N.º 647/12 – PC N.º 460/11 – IBEROALPLA PORTUGAL – EMBALAGENS PLÁSTICAS UNIPESSOAL, LDA.

249 - Presente Projeto de *“Alteração e Ampliação de uma Unidade Industrial”* do *“Tipo 2”* existente, localizada na Estrada da Nazaré, Lugar de Amieirinha, Freguesia de Marinha Grande, dispondo de Projeto de Arquitetura aprovado por Deliberação tomada em Reunião de Câmara realizada em 29/03/2012.

Presentes Projetos das Especialidades, devidamente instruídos com declarações de responsabilidade dos seus autores, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03.

Presentes informações técnicas dos serviços que atestam estarem os Projetos das Especialidades apresentados, aptos a merecerem aprovação.

Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:

Após a análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:

1. **Apresentação, de decisão favorável ou favorável condicionada emitida pela entidade coordenadora do licenciamento industrial, nos termos do disposto na alínea b) do n.º 2 do art. 18.º do Decreto-Lei n.º 209/2008, de 29/10.**
2. **Execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra.**

Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:

1. **Nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.**
2. **Nos termos do art. 80.º-A do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a Câmara Municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento ou comunicação prévia.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

6 - REQ. N.º 564/12 – PC N.º 55/12 – PEDRO MIGUEL DOS SANTOS TEIXEIRA

250 - Presente Pedido de Licenciamento referente à “*Legalização da Construção de um Pavilhão de Apoio a Actividade de Ciclismo e Anexo*”, levados a efeito num prédio misto localizado na Rua das Rosas, Freguesia de Marinha Grande, dispondo do seguinte abtecedente:

Pedido de Informação Prévia n.º 247/96, em nome de Joaquim Francisco Monteiro, referente à viabilidade de construção de um edifício habitacional, tendo a Câmara deliberado, em reunião realizada em 18/04/1996, informar “(...) ser viável a construção de uma moradia unifamiliar isolada (...)” no terreno em causa.

Presente parecer técnico dos serviços referindo a conformidade da pretensão com normas legais e regulamentares aplicáveis, propondo a aprovação do respetivo Projeto de Arquitetura, com determinadas condições.

Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:

1. **Apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data de notificação, dos Projetos das Especialidades aplicáveis, nos termos previstos no n.º 4 do art. 20. do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03.**
2. **Execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra.**
3. **A instalação do recetáculo postal domiciliário seja efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06/04, alterado pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04/09 e Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30/11.**

Mais deliberou informar o requerente que, nos termos do n.º 6 do art. 57.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, a concessão da respetiva Autorização de Utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

7 - REQ. N.º 86/12 – PC N.º 8/11 – CARLOS MANUEL DUARTE ROLDÃO

251 - Presente Pedido de Licenciamento referente à obra de “*Alteração e Ampliação de Moradia Unifamiliar, Anexos e Muros*” existente, localizada na Avenida 1.º de Maio, Freguesia de Marinha Grande.

Presente parecer técnico dos serviços referindo a conformidade da pretensão com normas legais e regulamentares aplicáveis, propondo a aprovação do respetivo Projeto de Arquitetura, com determinadas condições.

Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:

1. **Apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data de notificação, dos Projetos das Especialidades aplicáveis, nos termos previstos no n.º 4 do art. 20. do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03.**
2. **Apresentação, em igual período, de peça gráfica representativa do muro de vedação adjacente À Av. Eng. Arala Pinto, dispondo de altura uniforme em toda a sua extensão, para que do exterior, não sejam perceptíveis as edificações que nele encostam, sendo que esta altura não poderá exceder a maior altura da edificação existente. Para o efeito, deverá apresentar peça gráfica (desenho n.º**

- F11) devidamente corrigido, com indicação da altura, materiais e respetivas cores.
3. Execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao bom acabamento da obra, nomeadamente os remates dos passeios junto da Av. 1.ª de Maio e Av. Eng. Arala Pinto, na extensão total do prédio com estes confinante.
 4. A instalação do recetáculo postal domiciliário seja efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06/04, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04/09, e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30/11.
 5. Aquando do início da construção, após abertura das fundações, deverá o requerente solicitar a deslocação dos Serviços da Fiscalização à obra, para verificação da sua implantação, sendo que o registo dessa deslocação no respetivo livro de obra é imprescindível para a isenção de vistoria na futura concessão da respetiva licença de utilização (autorização de utilização).

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

8 - REQ. N.º 529/12 – PC N.º 131/09 – JOÃO CARVALHO FRIAS

252 - Presente Pedido de Licenciamento referente à obra de “*Alteração da Instalação de Estabelecimento de Bebidas*” existente, localizado no Lugar de Guarda Nova, Freguesia de Marinha Grande, à qual foi atribuído Alvará de Licença de Alteração n.º 116/11, de 28/12, com termo em 27/01/2012.

Presente pedido de alteração do uso de Estabelecimento de Bebidas, para Estabelecimento de Restauração e Bebidas, dispondo de parecer emitido pela Autoridade de Saúde – ACES Pinhal Litoral II da Administração Regional de Saúde do Centro, I.P., que a seguir se transcreve:

“(...)

- “Favorável Condicionado”, ao cumprimento do abaixo exposto:

O estabelecimento deve cumprir com o disposto nos normativos legais em vigor (Portaria n.º 215/2011 de 31 de Maio, Regulamento CE n.º 852/2004 de 29 de Abril, DL n.º 243/86 de 27 de Setembro e Portaria n.º 987/93 de 6 de Outubro), nomeadamente:

- O estabelecimento deve adoptar métodos ou equipamentos que permitam assegurar a separação dos resíduos de forma a promover a sua valorização por fluxos e fileiras (n.º 5 do Art.º 5.º da Portaria n.º 215/2011);

- Deve ser prevista uma ventilação natural ou mecânica adequada e suficiente. Caso seja prevista ventilação mecânica, deve ser evitado o fluxo mecânico de ar de zonas contaminadas para zonas limpas. Os sistemas de ventilação devem ser construídos de forma a proporcionar um acesso fácil aos filtros e a outras partes que necessitem de

limpeza ou de substituição (n.º 5, Cap. I Anexo II, Regulamento CE n.º 852/2004, de 29 de Abril);

- Na copa suja a cuba de lavagem deve ser equipada com água quente e fria (n.º 8 do Art. 6.º do DR n.º 20/2008) e a torneira provida de comando não manual, uma vez que servirá também para higienização das mãos (n.º 9 do Art. 7.º da Portaria n.º 215/2011);

- As janelas e outras aberturas que puderem abrir para o exterior, devem ser equipadas, sempre que necessário, com redes de protecção contra insectos, facilmente removíveis para limpeza (alínea d), do n.º 1 do Capítulo II do Anexo II, do Regulamento CE n.º 852/2004 de 29 de Abril).

(...)”.

Presentes informações técnicas dos serviços que atestam estarem os Projetos de Arquitetura e das Especialidades apresentados, aptos a merecerem aprovação.

Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir a alteração do uso de estabelecimento de bebidas para estabelecimento de restauração e bebidas, com os seguintes condicionalismos:

1. Cumprimento dos condicionalismos referidos no parecer emitido pela Autoridade de Saúde - ACES Pinhal Litoral II da Administração Regional de Saúde do Centro, I.P..
2. Execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra.

Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:

1. Nos termos do n.º 1 do art. 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
2. Nos termos do art. 80.º-A do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a Câmara Municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento ou comunicação prévia.
3. Nos termos do disposto no art. 10.º do Decreto-Lei n.º 234/2007, de 19/06, após emissão da Autorização de Utilização e antes do início da atividade, deverá apresentar Declaração Prévia junto da Câmara Municipal, e remeter cópia à Direcção-Geral das Atividades Económicas do Ministério da Economia e do Emprego, elaborada e instruída de acordo com o modelo publicado em Anexo à Portaria n.º 573/2007, de 17/07.
4. A “*afixação e inscrição de mensagens publicitárias de natureza comercial, industrial, artesanal ou liberal, independentemente do suporte utilizado para a*

sua divulgação, quando visíveis ou perceptíveis do espaço público”, ficam sujeitas a licenciamento, no âmbito do regime previsto no Regulamento de Publicidade e Ocupação do Espaço Público com Equipamento Mobiliário Urbano do Município da Marinha Grande.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

9 - RELATÓRIO, BALANÇO E CONTAS DE 2011 DA EMPRESA MUNICIPAL TUMG-TRANSPORTES URBANOS DA MARINHA GRANDE, E.M.

253 - Presente “Relatório e Contas de 2011” da empresa municipal TUMG – Transportes Urbanos da Marinha Grande, E.M. referente à sua actividade económica e financeira no exercício de 2011, bem como documento de “Certificação Legal das Contas” e “Relatório e Parecer do Fiscal Único”.

Considerando o disposto nos estatutos da empresa, alínea d) do art.º 15.º e na alínea a) do n.º 2 do art.º 39.º da Lei n.º 53-F/2006 de 29/12, que aprova o regime jurídico do sector empresarial local, compete à Câmara Municipal aprovar as contas da entidade.

A Câmara Municipal após a análise dos documentos e no cumprimento do disposto na legislação supra referida delibera:

- aprovar o Relatório e Contas de 2011 da empresa municipal TUMG - Transportes Urbanos da Marinha Grande, E.M;
- tomar conhecimento do Relatório e Parecer do Fiscal Único e da Certificação Legal das Contas do exercício de 2011;
- concordar com a proposta de aplicação de resultados constante do Relatório de Gestão, a qual se consubstancia, e atento Resultado Líquido do Exercício de 2011 de 24.844,90 euros, na aplicação deste montante em resultados transitados (22.360 euros) e Reservas Legais (2.484,90 euros).

Mais delibera remeter a presente deliberação à próxima sessão da Assembleia Municipal da Marinha Grande, para efeitos do cumprimento do disposto da alínea c) do n.º 1 do art.º 53.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada em anexo pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 3 votos a favor e 3 abstenções dos Srs. Vereadores da CDU.

O Sr. Vereador Paulo Vicente esteve ausente por se encontrar impedido, nos termos do art.º 44.º, n.º 1, alínea a) do Código do Procedimento Administrativo, uma vez que é Vogal do Conselho de Administração da TUMG, E.M..

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Neste momento, quando eram 13:15 horas, o Sr. Presidente interrompeu a reunião, para almoço.

A reunião recomeçou pelas 14:30 horas, não se encontrando presente a Sr.ª Vereadora Dr.ª Alexandra Dengucho, que só chegou às 16:30 horas, não tendo estado presente na discussão e votação dos assuntos onde se refere expressamente a sua ausência.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

10 - APRESENTAÇÃO DAS CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2011 DAS EMPRESAS PARTICIPADAS PELO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE: LUSITÂNIA GÁS, CENTIMFE, OPEN, VALORLIS, SIMLIS E COOPOVO

254 - Presentes as contas do exercício de 2011 das entidades participadas pelo Município da Marinha Grande, a saber:

- Relatório e contas do exercício económico de 2011 da entidade CENTIMFE - Centro Tecnológico da Indústria de Moldes, Ferramentas Especiais e Plásticos, acompanhadas de Certificação Legal de Contas e Parecer da Comissão de Fiscalização;
- Relatório e contas do exercício económico de 2011 da entidade COOPOVO – Cooperativa de Consumo do Povo da Marinha Grande, CRL, acompanhadas de Certificação Legal de Contas e Parecer do Conselho Fiscal;
- Relatório de Gestão e Contas do exercício económico de 2011 da entidade LUSITANIAGÁS, S.A., acompanhadas de Certificação Legal de Contas e Parecer do Fiscal Único;
- Relatório e contas do exercício económico de 2011 da entidade OPEN - Associação para Oportunidades Específicas de Negócio, acompanhadas de Certificação Legal de Contas e Parecer do Conselho de Fiscalização;
- Relatório e contas do exercício económico de 2011 da entidade VALORLIS – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. acompanhadas de Certificação Legal de Contas e Parecer do Fiscal Único;

- Relatório e contas do exercício económico de 2011 da entidade SIMLIS - Saneamento Integrado dos Municípios do Lis, S.A. acompanhadas de Certificação Legal de Contas e Parecer do Fiscal Único.

A Câmara Municipal toma conhecimento do teor dos documentos supra referidos e delibera remeter os mesmos à Assembleia Municipal para cumprimento do disposto na alínea d) do n.º 1 do art.º 53.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

A Sr.ª Vereadora Dr.ª Alexandra Dengucho não se encontrava presente na reunião no momento da discussão e votação deste ponto da ordem do dia.

11 - INVENTÁRIO DE TODOS OS BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES PATRIMONIAIS E RESPECTIVA AVALIAÇÃO, RELATIVO AO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2011;

255 - Presente o inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respectiva avaliação relativo ao exercício económico de 2011.

A Câmara Municipal após a análise e no cumprimento do disposto na alínea e) do n.º 2 do art. 64.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, delibera aprovar o presente documento, constituído por 1.411 páginas, e submetê-lo à apreciação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do art. 53.º do mesmo diploma legal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

A Sr.ª Vereadora Dr.ª Alexandra Dengucho não se encontrava presente na reunião no momento da discussão e votação deste ponto da ordem do dia.

12 - DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVOS AO ANO DE 2011

256 - Presentes os Documentos de Prestação de Contas relativos ao ano de 2011, constituídos por:

- Balanço
- Demonstração de Resultados
- Mapas de Execução Orçamental

- Anexos às Demonstrações Financeiras
- Relatório de Gestão

e restantes documentos de prestação de contas elencados no Anexo I das Instruções n.º 1/2001 da 2.ª Secção do Tribunal de Contas, os quais se encontram integralmente elaborados, estão presentes nesta reunião camarária e encontram-se devidamente arquivados na Área de Contabilidade, estando disponíveis para consulta, quando para tal for solicitado.

A Câmara Municipal, após análise dos documentos indicados, e no cumprimento da alínea e), do n.º 2, do artigo 64º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, delibera aprovar os presentes documentos e submetê-los à apreciação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea c), do n.º 2, do artigo 53º, do mesmo diploma.

Mais delibera, nos termos do ponto 2.7.3.1 das Considerações Técnicas do POCAL, aprovado pelo Decreto - Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, propor à Assembleia Municipal a aplicação do resultado líquido do exercício de 2011, no montante de 2.650.585,51 euros da seguinte forma:

- **5% sobre a forma de reservas legais, tal como estipula o ponto 2.7.3.5. do referido diploma;**
- **o restante seja aplicado na conta 59 de resultados transitados.**

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 3 votos a favor, 1 abstenção do Sr. Vereador Dr. António Santos e 2 votos contra dos Srs. Vereadores Dr. Alberto Cascalho e Dr. Vítor Pereira.

A Sr.ª Vereadora Dr.ª Alexandra Dengucho não se encontrava presente na reunião no momento da discussão e votação deste ponto da ordem do dia.

Os Srs. Vereadores da CDU proferiram a seguinte declaração de voto:

“Votamos contra por, apesar do assinalável rigor em termos de elaboração, apresentação e análise técnica dos documentos, estes expressarem uma execução que fica muito aquém das necessidades do Concelho e das exigências do contexto atual. De facto, e apesar da retirada de cerca de 3,5 M€ às previsões iniciais, a execução das Despesas de capital fica abaixo dos 40% num contexto de financiamento do QREN em que se impõe a rápida concretização dos projetos aprovados que permita a arrecadação dessas receitas e o eventual acesso a verbas não utilizadas por outros municípios.

Também o atual contexto económico exige da parte do município uma ação consistente que funcione como um fator de dinamização da atividade económica global no Concelho.

Verificamos também como altamente preocupante o facto de, apesar de as Despesas com Pessoal terem diminuído cerca de 600.000 euros, as Despesas Correntes sobem mais de meio milhão de euros e a Aquisição de Bens e Serviços sobe cerca de um milhão de euros.

Paralelamente, a Despesa com a Cultura, mesmo sem “Lei dos Compromissos” foi reduzida a cerca de metade do ano anterior, o que constitui um sinal preocupante de abandono e desvalorização de um setor determinante para o Desenvolvimento e afirmação de qualquer Comunidade.

Sintetizando, podemos afirmar que os documentos em análise revelam inércia e falta de visão estratégica da atual gestão municipal, pelo que não podem merecer a nossa aprovação.”.

O Sr. Vereador do PSD proferiu a seguinte declaração de voto:

“Uma cidade tem de ser capaz de gerar e acumular qualidade de vida e sustentabilidade:

- Actividade económica e riqueza*
- Conhecimento, inovação e criatividade*

Só assim se poderá garantir sustentabilidade e desenvolvimento futuro.

As Autarquias Locais têm de ganhar dimensão crítica e racionalidade económica que resulte do equilíbrio financeiro.

As Autarquias locais têm de abandonar a lógica distributiva onde o desenvolvimento está dependente da distribuição de fundos da Administração Central e adotar uma lógica de promotor-investidor.

Para isso temos que identificar e otimizar ativos e recursos estratégicos, aplicando-os em projetos que garantam eficiência e sustentabilidade económica.

No que diz respeito às contas de 2011, a receita (corrente+capital) em 2010, cifrou-se em 21 404 M€, enquanto que em 2011 a receita cifrou-se em 22 018 M€. Verificou-se portanto um aumento de receita em cerca de 600 m€.

Quanto à despesa também aumentou. Em 2010 verificou-se uma despesa de 21 208 M€ e em 2011 a despesa aumentou para 22 441M€. Verificou-se também, assim, um aumento de despesa em relação a 2010, no montante de 1 233M€.

Mas o que se torna mais preocupante é que nesta despesa de 22 441 M€, cerca de 16 000 M€, são despesas correntes.

Temos vindo a afirmar com alguma frequência e até insistência que a gestão de uma Câmara tem de ser idêntica para não dizer igual (princípios e regras) à de uma empresa privada.

Tem de criar riqueza para posterior distribuição pela população e, assim, consequentemente, aumentar o nível de vida dos cidadãos.

Mas, desta forma, com uma gestão em que os gastos se dissipam na despesa corrente menosprezando o investimento na despesa de capital, é o mesmo que afirmar estarmos perante um executivo que faz uma gestão comedida, sem visão futura e estratégica, com tudo a continuar da mesma forma, tornando uma cidade com um rosto e um coração cada vez mais vestuto, obsoleto, empobrecido, a definhar-se, a morrer sem se vislumbrar ventos favoráveis de mudança para que o concelho de Marinha Grande seja um exemplo a seguir, principalmente, nas áreas das infraestruturas, conhecimento, cultura e inovação.

Acabámos de escrever a palavra cultura, e isto leva-nos a interpretar novamente as contas de 2 011.

Em 2 010 houve uma despesa com a cultura no montante de 611 m€.

Em 2 011 essa despesa baixou para cerca de metade, mais concretamente para 341 m€.

Estes números falam por si, quando sabemos de antemão que num concelho, cidade ou País, a sua riqueza não se mede pela posse de bens materiais (ouro, petróleo ou outras matérias primas valiosas), mas pelo seu elevado grau de cultura. Infelizmente estes valores estão a ser desprezados, pelo executivo, com as consequências nefastas que daí advêm.

Muito mais havia para referenciar sobre as contas de 2 011, mas o que ficou descrito supra, já é mais do que suficiente para afirmar que este concelho está a ser mais do mesmo, sem ideias e inovação.

Aproveitamos, no entanto, para realçar positivamente o facto dos encargos com os Órgãos Administrativos, terem diminuído, mostrando alguma preocupação, por parte deste executivo, em haver contenção de custos.

Neste contexto, ser da oposição não é votar ostensivamente pela negação e porque também não pretendemos obstaculizar o pleno exercício do Governo Local, vamos dar o benefício da dúvida e optar pela abstenção.”

Na sequência da discussão e aprovação do presente ponto da ordem do dia, o Sr. Presidente anexou à ata o ofício da DGAL – Direção-Geral das Autarquias Locais, com o registo de entrada E/5298/2011, referente à comunicação dos limites de endividamento para 2011 (Anexo 2).

13 - SIADAP 1 - RATIFICAÇÃO DA AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DAS UNIDADES ORGÂNICAS DO ANO DE 2011.

257 - O Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública (SIADAP), aprovado pela Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, na sua redação atual, aplicável à Administração Autárquica por força do artigo 1.º do Decreto Regulamentar n.º 18/2009, de 4 de setembro, aplica-se ao desempenho dos serviços públicos, dos respetivos dirigentes e demais trabalhadores, assentando num conceito integrado dos sistemas de gestão e avaliação, permitindo alinhar, de uma forma coerente, os desempenhos dos serviços e dos que neles trabalham.

Na avaliação dos serviços (unidades orgânicas, no caso da Administração Autárquica), dos dirigentes e demais trabalhadores, assumem um papel fundamental os resultados obtidos face aos objetivos previamente fixados – objetivos de eficácia, eficiência e qualidade. Os resultados são medidos em função de indicadores também previamente fixados e que permitam garantir a transparência, imparcialidade e discricionariedade do processo de avaliação.

Conforme preceituado no artigo 11.º, n.º 1 do Decreto Regulamentar n.º 18/2009, de 4 de setembro, a avaliação do desempenho das unidades orgânicas é expressa qualitativamente pelas seguintes menções:

- a) *Desempenho bom*, atingiu todos os objetivos, superando alguns;
- b) *Desempenho satisfatório*, atingiu todos os objetivos ou os mais relevantes;
- c) *Desempenho insuficiente*, não atingiu os objetivos mais relevantes.

O n.º 2 do artigo supra citado, estabelece que pode ainda ser atribuída às unidades orgânicas avaliadas com *Desempenho bom* uma distinção de mérito reconhecendo *Desempenho excelente*, a qual significa superação global dos objetivos.

Por seu turno, o artigo 12.º, n.º 1 do Decreto Regulamentar já identificado dispõe que apenas podem ser selecionadas as unidades orgânicas que se distinguiram no seu desempenho para a atribuição de *Desempenho excelente* até 20% do conjunto das unidades orgânicas.

A referida distinção assenta na justificação circunstanciada, designadamente por motivos relacionados com:

- a) Evolução positiva e significativa dos resultados obtidos pela unidade orgânica em comparação com anos anteriores (o que desde já fica prejudicado pela reorganização dos serviços operada a 31 de dezembro, de 2010, isto é, não temos uma base de comparação homogênea relativamente ao ano anterior na medida em que os gabinetes foram inseridos em divisões e as competências de cada unidade orgânica foram alteradas substancialmente dadas as novas atribuições);
- b) Excelência dos resultados obtidos demonstrada, designadamente por comparação com os resultados obtidos pelas restantes unidades orgânicas;
- c) Manutenção do nível de excelência antes atingido, se possível com a demonstração referida na alínea anterior (entendemos não ser possível o preenchimento deste requisito pelos motivos já aduzidos em a)).

Nos termos do preceituado do n.º 3 do artigo supra, compete à câmara municipal a atribuição da distinção de *Desempenho excelente*, assim como ratificar a avaliação das unidades orgânicas atribuídas pelo membro do órgão executivo de que dependam.

A aplicação do sistema de avaliação do desempenho das unidades orgânicas - SIADAP 1, tem, a par de outras imposições legais, exigido um esforço significativo e meritório no sentido da adaptação a um modelo de gestão em função de resultados, que se pretende cada vez mais transparente e homogêneo no seio da organização. O processo tem corrido de forma satisfatória, quer na definição dos objetivos das unidades orgânicas, quer no apuramento dos resultados, no entanto estamos convitos da possibilidade de melhorar o processo, designadamente ao nível da desmaterialização dos procedimentos administrativos inerentes ao mesmo.

O artigo 10.º do Decreto Regulamentar, prevê que a unidade orgânica apresente um relatório ao membro do órgão executivo de que dependa, evidenciando os resultados alcançados e os desvios verificados de acordo com os objetivos anualmente fixados. Este relatório deve ser acompanhado de informação relativa:

- a) À apreciação, por parte dos utilizadores, da quantidade e qualidade dos serviços prestados, com especial relevo quando se trate de unidades orgânicas prestadoras de serviços externos;
- b) Às causas de incumprimento de ações ou projetos não executados ou com resultados insuficientes;

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 26/04/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 11

- c) Às medidas que devem ser tomadas para um reforço positivo do seu desempenho, evidenciando as condicionantes que afetem os resultados a atingir;
- d) À audição dos trabalhadores na autoavaliação dos serviços.

Na presente data, ainda que se tenha trabalhado no sentido de garantir o cumprimento deste requisito legal, não nos foi possível auscultar o grau de satisfação dos utilizadores dos nossos serviços, assim como possibilitar a audição dos trabalhadores na autoavaliação dos serviços.

Pelos motivos aduzidos, entendemos que continuam por reunir, todas as condições de facto e de direito necessárias à atribuição da distinção de *Desempenho excelente*.

Neste sentido a Câmara Municipal ao abrigo do artigo 12.º, n.º 3 do Decreto Regulamentar n.º 18/2009, de 4 de setembro e artigo 64.º, n.º 7 alínea d), da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua actual redacção, delibera ratificar as seguintes avaliações atribuídas às unidades orgânicas no ano de 2011:

- Divisão de Gestão Financeira, *Desempenho Satisfatório*;
- Divisão Administrativa e de Gestão de Recursos Humanos, *Desempenho Bom*;
- Divisão de Cooperação, Comunicação e Modernização, *Desempenho Bom*;
- Divisão Jurídica e de Contratação Pública, *Desempenho Bom*;
- Divisão de Urbanismo e Licenciamento, *Desempenho Insuficiente*;
- Divisão de Educação, Desporto e Intervenção Social, *Desempenho Satisfatório*;
- Divisão de Cultura e Turismo, *Desempenho Bom*;
- Divisão de Ordenamento, Planeamento e Projetos, *Desempenho Bom*;
- Divisão de Obras e Equipamentos Municipais, *Desempenho Bom*;
- Divisão de Ambiente, Serviços Urbanos e Proteção Civil, *Desempenho Satisfatório*.

Mais delibera, não proceder à atribuição da distinção de *Desempenho excelente*, a nenhuma das unidades orgânicas pelos fundamentos já expostos.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 3 votos a favor, 3 votos contra dos Srs. Vereadores Dr. António Santos, Dr. Vítor Pereira e Dr.ª Alexandra Dengucho, e 1 abstenção do Sr. Vereador Dr. Alberto Cascalho, tendo o Sr. Presidente feito uso do voto de qualidade, nos termos do previsto no art.º 89.º, n.º 2, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.

14 - REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS - FASE 2, JARDIM CENTRAL - CONCURSO PÚBLICO 01/2012 DOEM – LISTAS DE ERROS E OMISSÕES. PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS. DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA.

258 - Presente informação técnica, na qual se apreciam as listas de erros e omissões apresentadas pelos diversos interessados no âmbito do procedimento identificado em epígrafe.

A Câmara Municipal, enquanto órgão competente para a decisão de contratar, deve pronunciar-se sobre os erros e omissões identificados pelos interessados (artigo 61.º, n.º 5, do Código dos Contratos Públicos).

A Câmara Municipal, concordando com a informação técnica, que se dá por integralmente reproduzida, delibera, de acordo com o artigo 61.º, n.º 5, do Código da Contratação Pública, rejeitar todos os erros e omissões apresentados, com exceção das correções de pormenor constantes do anexo.

Mais delibera aprovar o mapa de quantidades final a considerar para efeitos de apresentação das propostas.

A Câmara delibera, em consequência, prorrogar o prazo para a apresentação das propostas pelo período correspondente ao seu último sexto, isto é, em três dias a contar da data de publicação do respetivo anúncio no Diário da República.

Mais delibera, nos termos do artigo 29.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, delegar no Presidente desta Câmara Municipal a competência para autorizar a despesa e tomar todas as decisões subsequentes no âmbito do presente procedimento até ao limite correspondente ao preço base fixado.

A presente deliberação foi tomada por unanimidade.

**15 - “REDE DE ÁGUA RESIDUAIS DOMÉSTICAS DE ESCOURA” CONCURSO PÚBLICO
N.º08/2010 – DOEM – TRABALHOS A MENOS**

259 - Presente informação da DOEM com a Ref: EM.04.2012 propondo a aprovação de trabalhos a menos da empreitada “REDE DE ÁGUA RESIDUAIS DOMÉSTICAS DE ESCOURA ” adjudicada à firma “Submerci, Construções e Urbanizações, Lda”.

A Câmara depois de apreciar os documentos e concordando com a informação com a Ref: EM.04.2012, delibera aprovar trabalhos a menos no valor de 5.348,27€ (cinco mil, trezentos e quarenta e oito euros e vinte e sete cêntimos), relativos à empreitada “Rede de água residuais domésticas de Escoura” adjudicada à firma “Submerci, Construções e Urbanizações, Lda., de acordo com o art. 379º do Código dos Contratos Públicos.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

16 - IMPLEMENTAÇÃO DAS ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR NAS ESCOLAS DO 1. CICLO DO ENSINO BÁSICO DO CONCELHO DA MARINHA GRANDE – APROVAÇÃO DO ACORDO DE COLABORAÇÃO A ESTABELECER COM OS 3 AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS DO CONCELHO, PARA O ANO LETIVO DE 2012/2013

260 - Presente proposta de Acordo de Colaboração no âmbito do Programa das Atividades de Enriquecimento Curricular no 1.º ciclo do Ensino Básico, que se apresenta em anexo para vigorar com os 3 Agrupamentos existentes no concelho no próximo ano letivo 2012/2013.

Considerando a importância do desenvolvimento de atividades de animação e de apoio às famílias na educação pré-escolar e de enriquecimento curricular no 1.º ciclo do ensino básico para o desenvolvimento das crianças e consequentemente para o sucesso escolar futuro;

Considerando o sucesso alcançado nos anos letivos anteriores com a implementação do Programa de Generalização do Ensino do Inglês no 1.º ciclo do ensino básico, que permitiu melhorar e aprofundar as atividades de enriquecimento curricular que já se vêm realizando no concelho da Marinha Grande desde há mais de uma década, em parceria entre a autarquia e as escolas;

Considerando a mais-valia que os projetos de parceria transportam para a promoção destas atividades de enriquecimento curricular, através da organização de respostas diversificadas em função da realidade local, o que permite que atualmente todas as escolas do 1.º ciclo do concelho promovam este tipo de atividades para os seus alunos;

Considerando, por último, a urgência de adaptar os tempos de permanência das crianças nos estabelecimentos de ensino às necessidades das famílias e a necessidade de garantir que esses tempos são pedagogicamente ricos e complementares das aprendizagens associadas à aquisição das competências básicas;

Considerando que a Educação tem merecido especial atenção deste Município, e que é do interesse municipal apoiar o desenvolvimento de atividades complementares de ação educativa na educação pré-escolar e no ensino básico, no âmbito da alínea e) do n.º 3 do artigo 19.º da Lei n.º 159/99, de 14 de setembro;

Considerando que muito embora a competência seja do Ministério da Educação, é interesse desta Câmara Municipal colaborar no apoio a programas e projetos de interesse municipal,

em parceria com outras entidades da administração central, conforme a alínea h) do n.º 2 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro;

Considerando que é competência da Câmara Municipal apoiar ou comparticipar, pelos meios adequados, no apoio a atividades de interesse municipal, de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra, conforme a alínea b) do n.º 4 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro;

Considerando a excelente relação que tem vindo a solidificar-se no concelho da Marinha Grande entre a Câmara Municipal e os três Agrupamentos de Escolas existentes, quer no que diz respeito à gestão das atividades letivas, ou à construção e manutenção de infra-estruturas e equipamentos escolares, na conceção e realização de atividades de enriquecimento curricular, como sejam as atividades físicas e desportivas ou as sessões de ciência divertida, ou ainda projetos relacionados com a dimensão europeia;

Considerando a necessidade de antecipar o desenvolvimento, para o próximo ano letivo 2012/2013, dos procedimentos conducentes à contratação, no mercado de entidades ou empresas com especial vocação e competência para a prestação de serviços na área das atividades educativas e formativas, sejam elas de natureza linguística, desportiva, cultural, recreativa ou de animação sócio-educativa, entidades essas que serão selecionadas mediante procedimento de consulta prévia de aquisição de serviços ao abrigo do Código dos Contratos Públicos, cumpridos que forem os requisitos académicos e profissionais dos seus docentes, conforme os artigos 9.º, 12.º, 16.º, 18.º-B e 19.º do referido anexo ao Despacho n.º 14460/2008 (2.ª série), do Gabinete da Ministra da Educação, de 15 de maio, alterado e republicado pelo Despacho n.º 8683/2011 (2.ª série), do Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Educação, de 28 de junho;

A Câmara analisou o referido acordo de colaboração e considerando que a educação tem merecido especial atenção deste município, e que é do interesse municipal apoiar o desenvolvimento de atividades complementares de ação educativa na educação pré-escolar e no ensino básico, no âmbito da alínea e) do n.º 3 do artigo 19.º da Lei n.º 159/99, de 14 de setembro, delibera no uso de competência previstas na alínea l) do n.º 4 e alínea h) do n.º 2, ambos do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, aprovar o presente acordo de colaboração, que se anexa (Anexo 3), a celebrar com os 3 Agrupamentos do concelho, no âmbito da implementação das Atividades de Enriquecimento Curricular, no próximo ano letivo 2012/2013.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 26/04/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 11

17 - REAPRECIÇÃO DO VALOR DA RENDA APOIADA DO INQUILINO AMILCAR MANUEL MATOS SARAIVA, RESIDENTE NA RUA ANTÓNIO LOPES N.º 99 CAMARNAL, POR MOTIVO DE ALTERAÇÃO DO RENDIMENTO MENSAL CORRIGIDO.

261 - Presente informação n.º 350 da Divisão de Educação, Desporto e Intervenção Social – DEDIS -, datada de 18 de abril de 2012, referente a pedido de reapreciação do valor da renda, por parte do inquilino mencionado em epígrafe, por motivo de alteração do rendimento mensal do agregado familiar.

Considerando que o contrato de arrendamento em causa se rege pelo Regime de Renda Apoiada;

Considerando o Decreto-Lei que regula o Regime de Renda Apoiada (Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio);

Considerando que o referido regime de Renda se baseia na determinação dos valores de um preço técnico e de uma taxa de esforço;

Considerando que ficou demonstrada a alteração de rendimentos do inquilino em causa;

Considerando, por fim, que ao abrigo do n.º 3 do artigo 8.º do Decreto-lei n.º 166/93, de 7 de maio: “ a renda pode ainda ser reajustada, a todo o tempo, sempre que se verifique alteração do rendimento mensal corrigido do agregado familiar resultante de morte, invalidez permanente e absoluta ou desemprego de um dos seus membros.”

A Câmara analisou a referida informação e, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio, delibera no uso de competência prevista nas alíneas b) e d) do n.º 7 do art.º 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, concordar com a reavaliação do valor da renda de habitação social, constante no seguinte quadro:

Rua António Lopes

MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/11	RENTA/12
Amílcar Manuel Matos Saraiva	99	02/11/2007	20,12€	4,85€

Mais delibera que o valor da renda acima descrita entre em vigor, a partir do dia 1 de maio de 2012.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 26/04/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 11

18 - REAPRECIÇÃO DO VALOR DA RENDA APOIADA DA INQUILINA GRAÇA MARIA GUARDA NASCIMENTO, RESIDENTE NA RUA ADRIANO MARQUES NOBRE N.º 12, CAMARNAL, POR MOTIVO DE ALTERAÇÃO DO RENDIMENTO MENSAL CORRIGIDO.

262 - Presente informação n.º 335 da Divisão de Educação, Desporto e Intervenção Social – DEDIS -, datada de 17 de abril de 2012, referente a pedido de reapreciação do valor da renda, por parte da inquilina mencionada em epígrafe, por motivo de alteração do rendimento mensal do agregado familiar.

Considerando que o contrato de arrendamento em causa se rege pelo Regime de Renda Apoiada;

Considerando o Decreto-Lei que regula o Regime de Renda Apoiada (Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio);

Considerando que o referido regime de Renda se baseia na determinação dos valores de um preço técnico e de uma taxa de esforço;

Considerando que ficou demonstrada a alteração de rendimentos da inquilina em causa;

Considerando, por fim, que ao abrigo do n.º 3 do artigo 8.º do Decreto-lei n.º 166/93, de 7 de maio: “ a renda pode ainda ser reajustada, a todo o tempo, sempre que se verifique alteração do rendimento mensal corrigido do agregado familiar.”

A Câmara analisou a referida informação e, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio, delibera no uso de competência prevista nas alíneas b) e d) do n.º 7 do art.º 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, concordar com a reavaliação do valor da renda de habitação social, constante no seguinte quadro:

Rua Adriano M. Nobre

MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/11	RENTA/12
Graça Maria Guarda Nascimento	12	04/11/2004	108,15€	12,36€

Mais delibera que o valor da renda acima descrita entre em vigor, a partir do dia 1 de maio de 2012.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

19 - INCENTIVO À NATALIDADE E APOIO À FAMÍLIA. APRESENTAÇÃO DE RECLAMAÇÃO. AUDIÊNCIA PRÉVIA.

263 - Presente informação n.º128, datada de 06/02/2012, da Divisão de Educação, Desporto e Intervenção Social, dando conta do ofício, com registo de entrada n.º 877, apresentado pela requerente Dr.ª Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho, relativo à ausência de comunicação de deferimento da sua candidatura ao Incentivo à Natalidade e Apoio à Família.

Considerando que:

O formulário de candidatura deu entrada nos nossos serviços a 09 de fevereiro de 2011, com o registo n.º 1425, tendo ficado inserido no 1º trimestre de 2011;

As candidaturas, tal como refere o n.º 1 do artigo 9º do regulamento de incentivo à natalidade e apoio à família, (...) *serão apreciadas no final de cada trimestre e deverão ser alvo de deliberação da autarquia no mês seguinte, sem prejuízo do disposto no n.º 1 do artigo 6º;*

A candidatura em questão foi presente na reunião de câmara de 21 de abril de 2011, onde ficou deliberado o deferimento da mesma (anexo 1);

Após deliberação camarária, e conforme disposto no n.º 1 do artigo 10º do citado regulamento, *“o requerente ou os requerentes serão informados por escrito da decisão que vier a recair sobre a candidatura, devendo em caso de indeferimento ser esclarecidos os fundamentos da não atribuição”.*

O ofício a informar o deferimento da candidatura, com o registo de entrada n.º 2015, foi enviado via CTT, a 06 de maio de 2011, para a morada indicada e comprovada nos documentos da candidatura, (anexo 2), não se tendo verificado qualquer devolução por parte dos CTT;

A 19 de janeiro de 2012 foi enviado à requerente o ofício n.º 877, a informar que havia expirado, a 30 de setembro de 2011, a data limite de entrega dos documentos de despesa, para recebimento da 1.ª tranche (anexo 3);

Considerando por último que foram efetuados todos os trâmites administrativos constantes no regulamento de incentivo à natalidade e apoio à família;

A Câmara Municipal analisou a presente informação e delibera ao abrigo da alínea d), do n.º 7 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, republicada em

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
26/04/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 11

anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, propor o indeferimento da reclamação, concedendo à requerente o prazo de 10 (dez) dias para se pronunciar sobre o mesmo, nos termos do artigo 100.º do Código do Procedimento Administrativo.

Mais delibera, informar a requerente de que só serão aceites os documentos de despesa para recebimento da 2.ª tranche, até à data limite informada no ofício, 30 de setembro de 2012.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

A Sr.ª Vereadora Dr.ª Alexandra Dengucho não se encontrava presente na reunião no momento da discussão e votação deste ponto da ordem do dia.

20 - APRECIÇÃO DAS CANDIDATURAS APRESENTADAS NO 1º TRIMESTRE DO ANO 2012, RELATIVAS AO INCENTIVO À NATALIDADE E APOIO À FAMÍLIA NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE

Após as explicações prestadas pela Chefe da Divisão de Gestão Financeira, Dr.ª Sandra Paiva, foi por todos decidido retirar este ponto da ordem do dia, tendo em conta que neste momento não tem enquadramento orçamental face à lei vigente, correndo por isso o risco de o procedimento poder estar ferido de ilegalidade.

21 - RESUMO DE TESOURARIA

Presente resumo da Tesouraria Municipal, referente ao dia vinte e três de abril de dois mil e doze, o qual apresenta o seguinte valor na rubrica “Total de Disponibilidades”: 664.822,21 € (seiscentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e vinte e dois euros e vinte e um cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘

264 - De acordo com o previsto no art.º 83º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, a Câmara delibera por unanimidade analisar os seguintes assuntos:

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
26/04/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 11

1. REQ. N.º 693/12 - PC N.º 278/08 - MANUEL SILVA CABRAL
2. REQ. N.º 2350/10 - PC N.º 529/06 - JOAQUIM CASTELÃO FERREIRA
3. REQ. N.º 695/12 - PC N.º 366/06 - TÂNIA CATARINA MARTINS BERTOLO
4. REQ. N.º 697/12 - PC N.º 105/09 - MARIA GRACIETE SILVA PEREIRA VILELA PEREIRA
5. REQ. N.º 880/11 - PC N.º 44/10 - EDUARDO DA ENCARNÇÃO DURO
6. REQ. N.º 1094/11 - PC N.º 50/11 - CLARA JESUS GOMES
7. REQ. N.º 547/12 - PC N.º 88/12 - LUSITANIAGÁS - COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.
8. CONTRATO DE COMODATO.
9. 4ª MODIFICAÇÃO - 1ª REVISÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2012 E APROVAÇÃO DE PROTOCOLO PLURIANUAL PARA O ENQUADRAMENTO DE PESSOAL DESTINADO A INTEGRAR AS EQUIPAS DE INTERVENÇÃO PERMANENTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

1 - REQ. N.º 693/12 - PC N.º 278/08 - MANUEL SILVA CABRAL

265 - Presente Pedido de Licenciamento referente à obra de *"Alteração de Edifício de Habitação e Comércio para Instalação de Estabelecimento de Restauração e Bebidas"*, existente, localizado na Rua da Boavista, Praia da Vieira, Freguesia de Vieira de Leiria, dispondo de Projeto de Arquitetura aprovado por Deliberação tomada em Reunião de Câmara realizada em 16/09/2010.

Presentes Projetos das Especialidades, devidamente instruídos com declarações de responsabilidade dos seus autores, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03.

Presentes pareceres técnicos dos serviços que atestam estarem os Projetos das Especialidades apresentados, aptos a merecerem aprovação.

Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:

1. Apresentação de peças escritas e desenhadas que incluam a descrição da composição das frações e respetiva permilagem, de forma a poder ser emitida a correspondente certidão de sujeição do prédio ao regime de propriedade horizontal, subjacente à pretensão.
2. Cumprimento das Condições Gerais e Específicas constantes na Licença de Utilização dos Recursos Hídricos para Ocupação do Domínio Público Marítimo n.º 233/2009, de 20/02.

Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:

1. Nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
2. Nos termos do art. 80.º-A do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento ou comunicação prévia.
3. Nos termos do art. 94.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, as obras de construção civil a levar a efeito nas praias do Concelho, ficam suspensas entre o dia 1 de Julho e 31 de Agosto.
4. Nos termos do disposto no art. 10.º do Decreto-Lei n.º 234/2007, de 19/06, após emissão da Autorização de Utilização e antes do início da atividade, deverá apresentar Declaração prévia junto da Câmara Municipal, e remeter cópia à Direção-Geral das Atividades Económicas do Ministério da Economia e do Emprego, elaborada e instruída de acordo com o modelo publicado em Anexo à Portaria n.º 573/2007, de 17/07.
5. A *"afixação e inscrição de mensagens publicitárias de natureza comercial, industrial, artesanal ou liberal, independentemente do suporte utilizado para a sua divulgação, quando visíveis ou perceptíveis do espaço público"*, ficam sujeitas a licenciamento, no âmbito do regime previsto no Regulamento de Publicidade e Ocupação do Espaço Público com Equipamento Mobiliário Urbano do Município da Marinha Grande.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

2 - REQ. N.º 2350/10 - PC N.º 529/06 - JOAQUIM CASTELÃO FERREIRA

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
26/04/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 11

266 - Presente Pedido de Licenciamento referente à obra de *"Construção de Edifício Habitacional e Muros de Vedação"* a levar a efeito num prédio rústico localizado em Talhões da Vieira, Freguesia de Vieira de Leiria, dispondo de Projeto de Arquitetura aprovado por Deliberação tomada em Reunião de Câmara realizada em 22/02/2007 e Projetos das Especialidades aprovados por Despacho do Vereador do Pelouro do Urbanismo, Paisagismo, Planeamento e Ordenamento do Território datado de 23/10/2008. Presente parecer técnico dos serviços propondo a Declaração da Caducidade da Licença com vista à realização da Operação Urbanística em referência, por ter decorrido o prazo para requerer a emissão do respetivo Alvará, estabelecido no art. 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03.

Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou Declarar a Caducidade da Licença relativa à obra de *"Construção de um Edifício Habitacional e Muros de Vedação"*, nos termos do n.º 5 do art. 71.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03, bem como o arquivamento oficioso do respetivo processo, por ter decorrido o prazo para requerer a emissão do respetivo Alvará, estabelecido no art. 76.º do referido diploma legal.

Mais deliberou informar, que foi ultrapassado o prazo concedido ao abrigo dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, comunicado através do anterior Ofício n.º 1094/11, de 20/12, sem que o requerente tenha apresentado qualquer tipo de alegações às questões que motivaram a Declaração de Caducidade proferida.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

3 - REQ. N.º 695/12 - PC N.º 366/06 - TÂNIA CATARINA MARTINS BERTOLO

267 - Presente Processo de Licenciamento referente à obra de *"Construção de uma Moradia, Anexo e Muros de Vedação"* a levar a efeito num prédio rústico localizado na Rua dos Moleirinhos, Lugar de Pilado, Freguesia de Marinha Grande, à qual foi emitido o Alvará de Licença de Construção n.º 60/07, de 01/03.

Presentes Projetos de Alterações aos Projetos de Arquitetura e das Especialidades anteriormente aprovados, decorrente de alterações introduzidas à obra, aprovados por Despachos do Vereador do Pelouro do Urbanismo, Paisagismo, Planeamento e Ordenamento do Território, datados de 13/10/2008 e 07/05/2009.

Presente requerimento n.º 1012/11, de 13/05, pelo qual é solicitada a emissão do alvará referente às alterações anteriormente aprovadas, com despacho datado de 27/06/2011, bem como original do Alvará de Legalização com o n.º 69/2011.

Presente requerimento n.º 695/12, de 23/04, pelo qual é solicitado o pagamento em prestações do valor respeitante ao Alvará de Construção (legalização), referente às alterações efetuadas em obra.

Presente parecer dos serviços da Divisão de Urbanismo e Licenciamento a enquadrar devidamente a pretensão.

Após análise da pretensão, considerando os pareceres que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir o pagamento das taxas devidas em duas prestações, no valor de € 253,93 (duzentos e cinquenta e três euros e noventa e três cêntimos), sendo que a primeira deverá ser paga no momento do levantamento do alvará e a segunda, no prazo de um mês contado da data de levantamento, devendo ainda, ser prestada garantia bancária prevista no n.º 4 do art. 117.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, no montante de € 266,63 (duzentos e sessenta e seis euros e sessenta e três cêntimos).

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

4 - REQ. N.º 697/12 - PC N.º 105/09 - MARIA GRACIETE SILVA PEREIRA VILELA PEREIRA

268 - Presente Pedido de Licenciamento referente à obra de "*Alteração/Legalização de Ampliação*" de um edifício de habitação unifamiliar existente, localizado na Rua Adolfo Leitão, Lugar de São Pedro de Moei, Freguesia de Marinha Grande, dispondo de Projeto de Arquitetura aprovado por Deliberação tomada em Reunião de Câmara realizada em 16/02/2012.

Presente Projeto de Alterações ao Projeto de Arquitetura anteriormente aprovado, dispondo de pareceres técnicos dos serviços, referindo a conformidade da pretensão com normas legais e regulamentares aplicáveis, propondo a sua aprovação, com determinados condicionalismos.

Após a análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:

- 1. A instalação do recetáculo postal domiciliário seja efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 08/90, de 06/04, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04/09 e pela declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30/11.**
- 2. Execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao bom acabamento da obra.**

Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:

1. Nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
2. Nos termos do art. 80.º-A do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento ou comunicação prévia.
3. Nos termos do art. 94.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, as obras de construção civil a levar a efeito nas praias do Concelho, ficam suspensas entre o dia 1 de Julho e 31 de Agosto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

5 - REQ. N.º 880/11 - PC N.º 44/10 - EDUARDO DA ENCARNÇÃO DURO

269 - Presente Pedido de Licenciamento referente à "*Legalização da Alteração de Moradia*" existente, localizada na Rua das Samouqueiras, Freguesia de Vieira de Leiria, dispondo do seguinte antecedente:

Processo Camarário n.º 1952/79, em nome de Eduardo da Encarnção Duro, referente ao Pedido de Licenciamento da obra de "*Construção de uma Moradia*", aprovado por Deliberação tomada em Reunião de Câmara realizada em 15/01/1980.

Processo Camarário n.º 626/80, em nome de Eduardo da Encarnção Duro, referente a um aditamento ao projeto inicial relativo à obra de "*Construção de uma Moradia*", aprovado por Deliberação tomada em Reunião de Câmara realizada em 13/05/1980, à qual foi atribuído Alvará de Licença de Obras n.º 614/80, de 09/06, prorrogada pelo Alvará de Licença de Obras n.º 1081/80, de 15/10 e Alvará de Licença n.º 384/81, de 09/04.

Processo Camarário n.º 1143/82, em nome de Eduardo da Encarnção Duro, referente ao "*Pedido de nova licença*" referente à obra de "*Construção de uma Moradia*", a que correspondeu a emissão do Alvará de Licença de Obras n.º 382/1983, de 19/05.

Presente parecer técnico dos serviços referindo a conformidade da pretensão com normas legais e regulamentares aplicáveis, propondo a aprovação do respetivo Projeto de Arquitetura, com determinadas condições.

Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:

1. Apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data de notificação, dos Projetos das Especialidades aplicáveis, nos termos previstos no n.º 4 do art.

20. do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03.

2. A instalação do recetáculo postal domiciliário seja efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06/04, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04/09, e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30/11.

3. Execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra.

Mais deliberou informar o requerente que, nos termos do n.º 6 do art. 57.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, a concessão da respetiva Autorização de Utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

6 - REQ. N.º 1094/11 - PC N.º 50/11 - CLARA JESUS GOMES

270 - Presente Pedido de Licenciamento referente à "*Legalização da Instalação Desportiva de Base Formativa*" existente, localizada na Rua Quinta da Lagoinha, Freguesia de Marinha Grande.

Presente parecer técnico dos serviços referindo a conformidade da pretensão com normas legais e regulamentares aplicáveis, propondo a aprovação do respetivo Projeto de Arquitetura, com determinadas condições.

Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:

1. Apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data de notificação, dos Projetos das Especialidades aplicáveis, nos termos previstos no n.º 4 do art. 20. do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03.

2. A instalação do recetáculo postal domiciliário seja efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06/04, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04/09, e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30/11.

3. Execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra.

Mais deliberou informar o requerente que, nos termos do n.º 6 do art. 57.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
26/04/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 11

Grande, a concessão da respetiva Autorização de Utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

7 - REQ. N.º 547/12 - PC N.º 88/12 - LUSITANIAGÁS - COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.

271 - Presente Pedido de Ocupação da Via Pública para abertura de vala em 2,00 metros de betuminoso, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo na Rua Alfredo Gândara, n.º 3, Freguesia de Marinha Grande, dispondo de parecer técnico dos serviços da Divisão de Obras e Equipamentos Municipais, a enquadrar devidamente a pretensão.

Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir o Pedido de Ocupação da Via Pública em 2,00 metros de betuminoso, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo na Rua Alfredo Gândara, n.º 3, Freguesia de Marinha Grande, devendo os pavimentos ser repostos de forma a assegurar as condições iniciais, por forma a que o piso fique, no mínimo, como se encontra antes da intervenção pretendida, bem como ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do R.M.E.U.M.G. - Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande e demais legislação aplicável.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

8 - CONTRATO DE COMODATO.

272 - Considerando que o Protocolo celebrado entre o Estado e este Município, relativo à cedência do Património Stephens, determinava a manutenção do apoio logístico à Escola Profissional da Marinha Grande (EPAMG) nos termos em que utilizava parte das instalações ora cedidas.

Considerando que através do Decreto n.º 11/2000, de 23 de junho, o Património Stephens foi transferido em termos definitivos para a propriedade desta autarquia.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 26/04/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 11

Considerando que a EPAMG desenvolve uma importante atividade na área educativa, prestando um inequívoco serviço público.

Considerando que constitui uma evidente mais-valia a manutenção no Centro Tradicional de uma escola profissional.

Considerando que a EPAMG integra a Parceria para a Regeneração Urbana, assumindo um compromisso financeiro significativo para a realização das obras no edifício que lhe está cedido.

Considerando que está apenas em causa formalizar uma situação jurídica já existente.

Presente minuta de contrato de comodato.

A Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 64.º, n.º 2, alínea f) e n.º 4, alínea a), da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, ceder, em regime de comodato, o espaço destinado à instalação e funcionamento da EPAMG, nos termos da minuta de contrato, que também aprova.

A presente deliberação foi tomada por unanimidade.

9 - 4ª MODIFICAÇÃO - 1.ª REVISÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2012 E APROVAÇÃO DE PROTOCOLO PLURIANUAL PARA O ENQUADRAMENTO DE PESSOAL DESTINADO A INTEGRAR AS EQUIPAS DE INTERVENÇÃO PERMANENTE

273 - Presente Protocolo para o enquadramento de pessoal destinado a integrar as equipas de intervenção permanente, da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários da Marinha Grande.

Considerando que nos municípios, em que se justifique, os corpos de bombeiros voluntários detidos pelas associações humanitárias de bombeiros podem dispor de equipas de intervenção permanente (n.º 5, do artigo 17.º, do Decreto-Lei n.º 247/2007, de 27 de junho).

Considerando que as condições de funcionamento da equipa de intervenção permanente são estabelecidas em protocolo a celebrar entre a Autoridade Nacional de Proteção Civil, a Câmara Municipal e a Associação Humanitária de Bombeiros (artigo 7.º-A, da Portaria n.º 1358/2007, de 15 de outubro, aditado pela Portaria n.º 75/2011, de 15 de fevereiro).

Considerando que os municípios são responsáveis pelo desenvolvimento de relevantes tarefas em matéria de proteção civil, cabendo aos respetivos órgãos desencadear as ações de proteção civil de prevenção, socorro, assistência e reabilitação adequadas em cada caso (artigo 35.º, n.º 1, da Lei n.º 27/2006, de 3 de julho).

Considerando que a constituição deste tipo de equipas garante a prontidão na resposta às ocorrências que impliquem intervenções de socorro às populações e de defesa dos seus bens, designadamente em caso de incêndio, inundações, desabamentos, abalroamentos, naufrágios ou outras intervenções de proteção civil.

Considerando que, nos termos da minuta de protocolo, os custos da equipa são repartidos em partes iguais entre o Município da Marinha Grande e a Autoridade Nacional de Proteção Civil (cláusula terceira).

Considerando que as missões e áreas de atuação da equipa de intervenção permanente revestem inequívoco interesse municipal e constituem uma garantia de cumprimento atempado de todas as tarefas inerentes à proteção civil municipal (artigos 2.º e 3.º, da Portaria n.º 1358/2007, de 15 de outubro).

Considerando o bom desempenho de todas as obrigações constantes do protocolo anterior.

Considerando que o Protocolo que vigorou nos últimos três anos cessa no presente mês de abril pelo que se revela imprescindível e urgente garantir a continuidade dos serviços essenciais prestados no seu âmbito e sem os quais fica em risco uma efetiva proteção de pessoas e bens.

Considerando que a aprovação da modificação proposta constitui uma condição necessária para a apreciação e aprovação do Protocolo citado.

Presente proposta da 4ª Modificação - 1ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2012, acompanhada de mapa justificativo, constituída pelas seguintes alterações:

1ª Revisão ao Orçamento da Despesa para 2012, no valor de 17.500,00 euros nos reforços e 17.500,00 euros nas anulações;

1ª Revisão ao Plano de Atividades Municipais para 2012, no valor de 22.500,00 euros nos reforços e 22.500,00 euros nas anulações no ano de 2012 e por reforço em anos seguintes, anos de 2013 e 2014 de 33.000,00 euros e ano de 2015 de 11.000,00 euros.

A Câmara Municipal delibera aprovar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal:

- a) A 4ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2012, constituída pela 1ª Revisão ao Orçamento da Despesa, 1ª Revisão ao Plano de Atividades Municipais, em cumprimento do disposto no ponto 8.3 do POCAL, aprovado pelo Decreto – Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro e na alínea c), do n.º 2, do artigo 64º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redação da Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, e para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 53.º do mesmo diploma legal; e consequentemente,
- b) O Protocolo para o enquadramento de pessoal destinado a integrar as equipas de intervenção permanente, da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários da Marinha Grande, que se dá por reproduzido, com efeitos reportados ao dia 8 de maio de 2012, nos termos do artigo 6.º, n.º 1, alínea c), da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e do artigo 64.º, n.º 6, alínea a), da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA

274 - Por último a Câmara, usando a faculdade que lhe confere o n.º 3 do art.º 92º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, delibera por unanimidade aprovar esta ata em minuta.

E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião eram 17:00 horas.

No final foi elaborada esta ata, que eu, Maria Fernanda Carvalho Vaz, Coordenadora Técnica, vou assinar, nos termos do n.º 2 do art.º 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.

O Presidente

A Secretária da reunião